

ARISTÓTELES E A RESPONSABILIDADE MORAL: BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE O LIVRO III DA *ETHICA NICOMACHEA*

TISSOT, Dionatan Acosta¹; HOBUSS, João²

¹Universidade Federal de Pelotas, Curso de Bacharelado em Filosofia. dionatan.a.t@gmail.com ;

²Universidade Federal de Pelotas, Departamento de Filosofia. joao.hobuss@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho pretende abordar o tema da responsabilidade e liberdade em Aristóteles, particularmente no que concerne ao tratamento do livro III da *Ethica Nicomachea*.¹ Dado que o tema constitui um problema central para a filosofia moral, e visto o interesse renovado por Aristóteles a partir do século XX não só histórico, mas como um importante companheiro de debates, faz-se importante uma adequada abordagem da filosofia prática aristotélica afim de esclarecer suas teses e implicações para que se torne ainda mais produtivo o diálogo com este filósofo.

No livro III da *EN*, bem como no livro II da *Ethica Eudemia*², Aristóteles está preocupado em determinar em que circunstâncias o agente moral pode ser responsabilizado por sua ação e, se interpretarmos de forma derivacional, por seu estado de caráter. No que tange à ação, as noções de voluntário e involuntário aparecem como o primeiro âmbito da responsabilidade moral, na medida em que alguém só pode ser louvado ou censurado por uma ação cometida voluntariamente. Entretanto, o estado de caráter se engendra a partir de uma prática reiterada de ações de um certo tipo (a prática de ações viciosas, por exemplo, engendrará um hábito vicioso) e consolida-se, se não como determinando que se aja de maneira conforme a ele, ao menos como uma forte inclinação a agir dessa maneira. Sendo assim, qual a natureza e força do estado de caráter para Aristóteles? O que comporta a noção de responsabilidade moral se um agente moral maduro, com um estado de caráter estabelecido, não pode escolher agir de um modo diferente do que seu estado de caráter determina? Tal agente moral maduro tem a possibilidade de agir diferentemente do que determina seu estado de caráter e pode ele mudar este estado de caráter?

O trabalho aqui apresentado debruçar-se-á, ainda que de forma breve e relativamente superficial, sobre essas questões, buscando mostrar que o estado de caráter não implica em impossibilidade de agir de outra forma, mas estabelecendo-se como uma segunda natureza, porém mais fraca, inclina o agente a desempenhar certos tipos de ação, podendo sim ser dissolvido, com tempo e exercício, dando lugar a um estado de caráter diferente.

2 METODOLOGIA

Para desenvolver o presente trabalho, num primeiro momento recorreremos à leitura exegética das obras de Aristóteles, o livro II *EE* e, sobretudo, o livro III da *EN*, bem como frequentes remissões a outras obras do *Corpus Aristotelicus*. Num segundo momento, empreendemos a leitura e fichamento da literatura secundária

¹ Doravante EN.

² Doravante EE.

relativa a Aristóteles e ao problema aqui tratado, dando maior ênfase no estudo da tese da “transitividade da responsabilidade” de Alexandre de Afrodísias. .

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em *ENIII* e *EEII* Aristóteles insere a noção de “depende de nós” quando fala em virtude e vício. Esta expressão está fortemente ligada, em ambas as obras, à noção de voluntário e responsabilidade moral. Enquanto na *EE* Aristóteles liga fortemente a noção de voluntário e a noção de premeditação da ação, o que faz com que a expressão “depende de nós” esteja restrita a ações refletidas e planejadas, na *EN* ele desvincula essas noções, fazendo com que mesmo um ato impensado possa ser considerado um ato voluntário, na medida que contempla as exigências para tal, ou seja, o princípio da ação está no agente e ele conhece as circunstâncias particulares da ação. Dado que a *EN* constitui-se numa obra mais madura que a *EE*, trabalhamos sobretudo sobre aquela.

Susan Meyer (2009) sustenta que a *EN* tem uma relação de continuidade com a *EE*, e que as noções aristotélicas de voluntariedade e involuntariedade consistem em uma tentativa de tratar filosoficamente noções comuns. Para Meyer, o caráter voluntário do ato remete à noção de estar em nosso poder, mas não implica na possibilidade de agir diferentemente, ou seja, não implica na chamada “abertura aos contrários”. Aristóteles diz claramente, na *EN*, que a prática reiterada de um tipo de ação engendra um estado de caráter de mesmo tipo e, em *Categorias*, que este estado de caráter constitui-se como uma segunda natureza. Para Meyer, o estado de caráter exerce um determinismo sobre as ações do agente que o possui, interpretando assim o “depende de nós” não como abrindo mais de uma possibilidade de ação, mas apenas que a ação vem a existir “através de nós”. Carlo Natali (2004), por outro lado, também defende o determinismo exercido pelo caráter, mas de uma forma que se pretende mais tênue, dizendo que o estado de caráter determina a ação em geral, mas não a ação particular, o que, ao nosso ver, não atenua realmente tal determinismo.

Aristóteles fala, em *ENIII*, que o estado de caráter é como lançar uma pedra: uma vez tendo feito isso, não se pode mais não a ter lançado. Como podemos entender a responsabilidade moral sem a abertura aos contrários? Muitas tentativas tem sido feitas para defender a responsabilidade moral em Aristóteles desde a Antiguidade, uma delas foi feita por Alexandre de Afrodísias. Para este filósofo, a responsabilidade moral fundar-se-ia no momento anterior à aquisição do caráter moral, onde ainda estava aberto, para o agente, fazer ou não fazer as ações que o levariam a tal estado e, assim, a responsabilidade por essas ações seriam transmitida para o caráter, o que ficou conhecido como “a tese da transitividade da responsabilidade”. Entretanto a passagem de *ENIII* que serve de base para esta posição insere-se num contexto preciso, que é a reprovação da ação efetuada devido a ignorância advinda da ira ou do consumo do álcool, na medida em que era possível para o agente não tê-la feito caso não se tivesse embriagado ou irado, o que está no âmbito da ação e, transportá-la para uma interpretação sobre a responsabilidade pelo caráter moral talvez seja inapropriado.

William Bondenson (1974) defendeu, como Alexandre, a tese da transitividade, pois, segundo ele, as pessoas, para Aristóteles, efetivamente sabem que uma prática reiterada de ações levam ao estabelecimento de um estado de caráter do mesmo tipo, mas sustentou também a possibilidade não só de agir contrariamente a um estado de caráter estabelecido como também a possibilidade

de mudança de caráter. Segundo ele, baseado no livro oitavo de *Categorias* de Aristóteles, alguém que tenha adquirido um caráter vicioso, pode de maneira lenta e gradual adquirir um novo estado de caráter, a partir, talvez, de uma interferência externa para salvar tal agente do vício e, se só se pode estabelecer um estado de caráter a partir da prática de ações afins, tem de ser possível, por implicação, que uma pessoa possa agir de maneira a contrariar seu estado de caráter atual, já que pode adquirir outro estado de caráter.

Bondeson, porém, parece não dar um tratamento mais adequado a analogia da pedra, acima referida. Como interpretá-la para que seja possível a mudança de caráter? Nesse sentido, Gianluca Di Muzio (2000) nos diz que ela não precisa ser interpretada da maneira forte: não é necessário entender o “não poder não ter jogado a pedra” como uma determinação para toda a vida futura do agente, mas sim no sentido de que, uma vez tendo ele se tornado vicioso, ele não pode deixar de não o ter feito, ou seja, de ter-se tornado tal qual é, o que não tem implicações para sua vida futura. Porém, o estado de caráter ainda assim exerce uma forte influência sobre a ação, mas não a determina cabalmente. A exposição do sujeito vicioso ao comportamento virtuoso pode fazê-lo desempenhar ações fora do domínio do seu caráter, o que paulatinamente o conduzirá a um estado diferente.

4 CONCLUSÃO

Como pudemos ver, não é necessário admitir um determinismo estrito do estado de caráter sobre a ação particular, fazendo com que não haja abertura aos contrários no momento em que se pratica a ação. A expressão “depende de nós” pode ser ainda interpretada como representando uma abertura aos contrários no momento da ação, o que salva a liberdade do agente no âmbito da ação, ao contrário da tese defendida por Meyer. Assim sendo, um agente moral não só é responsável pelo seu estado de caráter dada a possibilidade de não tê-lo desenvolvido, como procura estabelecer a tese da transitividade de Alexandre de Afrodísias, mas também pode agir diferentemente mesmo tendo um caráter estabelecido e ainda modificá-lo a partir de ações que lhe são contrárias, o que oferece reforço à tese de que o agente é responsável por seu caráter.

5 REFERÊNCIAS

ALEXANDRE DE AFRODÍSIAS. Problema Ético XXIX. Trad. M. Zingano. *Journal of Ancient Philosophy*, vol. I, issue 2, 2007.

_____. **Éthique à Nicomaque**. Traduit par J. Tricot. Paris: Vrin, 2007.

_____. **Ethica Eudemia**. *Recognouerunt breuique adnotatione critica instruxerunt* R. R. Walzer et J. M. Mingay. Oxford: Oxford University Press, 2009. (Oxford Classical Texts)

_____. **Ethica Nicomachea**. *Recognouit breuique adnotatione critica instruxit* I. Bywater. Oxford: Oxford University Press, 1894. (Oxford Classical Texts)

_____. **Eudemean Ethics Books I, II and VIII**. Translated with a commentary by M. Woods. 2 ed. Oxford: Clarendon Press, 1996.

_____. **Nicomachean Ethics**. Translated with introduction, notes, and glossary, by T. Irwin. 2 ed. Cambridge/ Indianapolis: Hackett, 1999.

ARISTÓTELES. **Nicomachean Ethics Books II-IV**. Translated with an introduction and commentary by C. C. W. Taylor. Oxford: Clarendon Press, 2006.

- BARNES, J. (ed.). **The Complete Works of Aristotle – The Revised Oxford Translation**. Princeton: Princeton University Press, 1988.
- BONDESON, W. Aristotle on Responsibility for One's Character and the Possibility of Character Change. **Phronesis**, 19, pp. 59-65, 1974.
- DI MUZIO, G. Aristotle on improving one's character. **Phronesis**, XLV13, 2000.
- HOBUSS, J. Sobre a disposição em Aristóteles: *hexis* e *diathesis*. **Dissertatio**, n. 31, pp. 221-233, 2010.
- HOBUSS, J. Caráter e disposição em Aristóteles. in HOBUSS, J. (org.) **Ética das Virtudes**. Florianópolis: Editora UFSC, 2011. pp. 69-84.
- MEYER, S. O voluntário segundo Aristóteles. in KRAUT, R. (org.) **Aristóteles. A Ética a Nicômaco**. Porto Alegre: Artmed, 2009. pp. 132-150.
- NATALI, C. "Por que Aristóteles escreveu o livro III da *EN*?" **Analytica**, vol. 8, n. 2, pp. 47-75, 2004.
- NATALI, C. Ações humanas, eventos naturais e noção de responsabilidade. in ZINGANO, M. (org.) **Sobre a Ética Nicomaqueia de Aristóteles – Textos selecionados**. São Paulo: Odysseus, 2010. pp. 319-338.
- ZINGANO, M. Aristóteles, Alexandre e o que está em nosso poder: Libertarianismo e responsabilidade moral. In HOBUSS, J. (org.) **Ética das Virtudes**. Florianópolis: Editora UFSC, 2011. pp. 85-108.
- ZINGANO, M. Ação, Caráter e Determinismo Psicológico em Alexandre de Afrodisia. **Journal of Ancient Philosophy**, vol. I, issue I, 2007.
- ZINGANO, M. **Aristóteles. Ethica Nicomachea I13-III8. Tratado da Virtude Moral**. São Paulo: Odysseus, 1998.
- ZINGANO, M. **Estudos de Ética antiga**. 2 ed. São Paulo: Discurso/ Paulus, 2009.
- ZINGANO, M. (org.) **Sobre a Ética Nicomaqueia de Aristóteles – Textos selecionados**. São Paulo: Odysseus, 2010.